

A UNIVERSIDADE COMO UM "VIVEIRO" DE VOCAÇÕES POLÍTICAS: CARREIRA PROFISSIONAL, NOTABILIZAÇÃO INTELLECTUAL E AFIRMAÇÃO POLÍTICA

THE UNIVERSITY AS A "NURSERY" FOR POLITICAL VOCATIONS: CAREER, INTELLECTUAL REPUTATION AND POLITICAL STATEMENT

possi
e

Igor Gastal Grill*

Eliana Tavares dos Reis**

A manifestação de certas disposições culturais e a possibilidade de conquistar notabilidade como "intelectual" se constituem em atributos valorizados e valorizantes da biografia de certos políticos profissionais. Do mesmo modo, a acumulação de atribuições políticas associada a um repertório de missões orientando diferentes modalidades de intervenção no espaço público compõem trunfos imprescindíveis para incensar a produção de bens simbólicos e as inscrições no mundo cultural. Essa via dupla de intercruzamentos entre lógicas e

domínios políticos e culturais tem sido explorada em trabalhos dedicados à análise de agentes que concentram recursos e "habilidades" propícias à manipulação da "arte da representação" (política e cultural)¹.

Em uma pesquisa mais ampla, foram estudados os perfis sociais, políticos e culturais de parlamentares que chegaram aos cargos de deputado federal e senador, entre 1945 e 2010, e cujas trajetórias são marcadas tanto pelo empenho na ocupação de cargos eletivos quanto na produção escrita. Naquele momento, o teste de correlações entre pa-

* É doutor em ciência política, professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFMA, São Luís/MA/BR). É bolsista produtividade do CNPq e coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA). igorgrill@terra.com.br.

** É doutora em ciência política, professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFMA, São Luís/MA). É bolsista produtividade FAPEMA, coordena o Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC/UFMA) e compõe o comitê da Revista Pós Ciências Sociais (PPG-CSoc/UFMA). eliana1reis@terra.com.br.

1. Ver Reis & Grill, 2015; Grill, 2015; Reis, 2014; Grill & Reis, 2012, entre outros.

drões de recrutamento, de carreiras políticas e de gêneros de escrita permitiu delinear alguns parâmetros dos processos de recomposição das elites dirigentes brasileiras².

Neste artigo, tais intersecções são analisadas a partir de um recorte mais específico e igualmente fecundo heurísticamente. O foco recai sobre agentes que conseguiram monopolizar oportunidades de poder político e cultural graças às suas inscrições no espaço por excelência de reprodução da cultura legítima e das “competências intelectuais”: a universidade.

Privilegia-se, pois, um segmento da “elite” que, além da política e da escrita, atuou de forma profissionalizada em instituições de ensino superior, investindo em carreiras como docentes e como administradores em universidades. E, por esse intermédio, participou de empreendimentos de criação e gestão de espaços institucionais de ensino e pesquisa (institutos, departamentos, laboratórios, cursos de graduação e pós-graduação)³. Tratam-se, então, de “atores” que podem ser investigados como produto e produtores de processos de institucionalização do sistema universitário brasileiro e da formulação da problemática política legítima progressivamente gestada nesse espaço.

Cabe ressaltar nosso esforço em romper com as abordagens teleológicas, instrumentalistas e a-históricas das instituições, procurando priorizar o caráter dinâmico, a

um só golpe, de (re) invenção nas práticas e nas representações dos seus arquitetos, e do peso objetivo que operam sobre a consagração dos seus condutores, detentores dos “títulos de nobreza” compatíveis com os papéis que lhes são prescritos (DULONG, 2012; LAGROYE, 1997; BOURDIEU, 1989). Entre eles, o título escolar.

No que pese a importância analítica de rejeitar a face “evidente” de recursos ou atributos como indispensáveis ao exercício de funções políticas – uma vez que se relacionam às origens sociais e aos usos feitos em determinadas condições de concorrência –, há processos que efetivamente levam à legitimação de saberes e práticas como as mais prováveis e mais facilmente converíveis em vantagens no universo político.

As “potencialidades políticas” de certas “competências” são forjadas em circunstâncias históricas, culturais, sociais e políticas específicas, nas quais são apropriadas como instrumentos de luta e de afirmação. Com efeito, por conta dos predicados que fornecem, determinados domínios sociais e segmentos profissionais adquirem primazia no recrutamento político, resultando na convergência entre configurações dos mercados políticos e o prestígio de diplomas e profissões ao longo do tempo.

Desta forma, partilha-se o entendimento de que algumas formações, inserções e profissões são recorrentemente privilegiadas,

2. Observou-se, por exemplo, a tendência à concentração em gêneros de escrita setorializados e generalistas, em detrimento de literatura, biografias históricas e memórias; a associação do primeiro gênero à formação em economia e do segundo gênero à formação em ciências humanas, além de uma divisão equitativa, em termos numéricos, dos titulados em direito; assim como a vinculação, por um lado, de agentes com carreiras políticas com passagem por cargos administrativos com a ênfase na produção de livros mais técnicos e, por outro lado, de parlamentares com percursos que privilegiaram mandatos eletivos com textos mais generalistas. Para mais detalhes, ver Grill & Reis (2012). Registra-se aqui o apoio do CNPq e da FAPEMA para o desenvolvimento das pesquisas em pauta.

3. Isso implicou desconsiderar dezenas de deputados e senadores que ostentam o título profissional de professor universitário como atividade secundária, paralela, honorífica, etc.

em detrimento de outras, por aqueles com pretensões políticas⁴. Fixam-se, assim, como “viveiros de políticos”. Quer dizer, atraem agentes que naturalizaram precocemente um sentido de vocação para a política; que reúnem as destrezas percebidas como mais rentáveis e legítimas em distintos domínios; e que atuam profissionalmente em setores da vida social que guardariam “afinidades” com a profissão política e cujas lógicas de trocas são marcadas por efeitos de *osmose*⁵.

A ponderação acerca dessas dimensões possibilita evitar outro risco derivado da essencialização de “aptidões” ligadas à aquisição de títulos profissionais e escolares como garantias de sucesso político, qual seja, a tendência a homogeneizar grupos profissionais (que são heterogêneos) e a universalizar competências tidas como excepcionais (que são raras e monopolizadas por minorias de determinada categoria social)⁶.

De uma forma geral, entre os “letrados e votados” originalmente estudados (de 1.181 reunidos, foram delimitados 299 com as características em pauta), os principais títulos escolares detectados foram, sobretudo, em

direito, economia, medicina, engenharia e ciências humanas. Porém, para quarenta entre eles, a esses diplomas acrescenta-se o exercício de outras atividades, mormente como professor no ensino superior, e a posse de outras certificações escolares (como a pós-graduação). Ocorre que o reconhecimento profissional e a reputação como “intelectual” parece não se realizar somente mediante o acesso à cultura erudita e às chaves de explicação do mundo, mas devem ser imprescindivelmente asseverados por “capacidades” (ou ao menos “intenções”) de prescrição e de intervenção⁷.

Para contornar os obstáculos problematizados, o tratamento dispensado aos casos selecionados visou situá-los à luz de transformações mais gerais ocorridas nos espaços culturais e políticos, sistematizadas em estudos anteriores (REIS; GRILL, 2015; GRILL; REIS, 2012). Ademais, levando em conta que a “categoria ocupacional dos professores de ensino superior (...) é formalmente delimitável, até porque tem como base relações de emprego e títulos escolares, [mas, em termos objetivos

4. Conforme indica Michel Offerlé (1999, p. 23), as competências profissionais são, simultaneamente, meios eficazes de atuação e de distinção em espaços concorrenciais, bem como são critérios eficientes de legitimação para agentes predispostos a intervir politicamente em virtude de outras socializações.

5. Mattei Dogan (1999, p. 191) afirmou que a “noção de viveiro adquire todo seu sentido sociológico” quando uma categoria social amplamente minoritária entre a população de um país ocupa um conjunto numericamente significativo de cargos políticos (eletivos e administrativos).

6. Tal como observado por Willemez (1999) para a criação de uma *illusion bien fondée* em torno dos políticos formados em direito e o acesso ao domínio da palavra (escrita e falada) que a formação escolar e profissional garantiria aos advogados. Para um exercício de problematização dessas questões, ver também Grill (2007) e a comparação efetuada entre políticos que ao mesmo tempo descendem de “dinastias políticas” e possuem formação em direito, revelando usos e combinações dispares.

7. O recente trabalho de Unzué (2012) trata dos usos do diploma e da passagem pela universidade (como estudantes e professores) em discursos variados de autocelebração e de estigmatização proferidos no congresso brasileiro por parlamentares. As passagens com trechos que acionam a condição de professor universitário revelam importantes estratégias tanto de acúmulo de capital simbólico personificado, como de identificação categorial. Entretanto, ainda há carência de investigações que se detenham especificamente sobre tal vinculação, usos, justaposições, contrabandos, mediações, trânsitos, etc. entre esses domínios.

ê] extremamente amorfa e segmentada” (CORADINI, 2013, p. 248), não se pretende extrapolar os resultados ora apresentados como achados relativos às condições de reconversão da carreira universitária em carreira política. Deseja-se apenas sublinhar as interdependências entre princípios de hierarquização e de legitimação vigentes no polo dominante das universidades (esfera de produção e autenticação da cultura legítima) e sua vinculação (ou subordinação) à política. Sem deixar de considerar os efeitos da condição de “intelectual” para a retenção de um *capital simbólico personificado* traduzido no potencial de trânsito e de ascensão política. Isto é, enquanto recursos vinculados ao seu portador e à possibilidade de demonstrá-los na forma incorporada e pessoalizada. A notoriedade e a reputação advêm de “realizações” que convergem com códigos pessoalizados como honra, sabedoria e heroísmo, em detrimento daqueles mais institucionalizados (BOURDIEU, 2002; CORADINI, 1989; GRILL, 2013).

A partir da coleção de quarenta casos exemplares aqui examinados é possível refletir tanto sobre os amálgamas entre a dimensão política e os critérios de hierarquização da vida social, num sentido mais amplo, quanto sobre as condições e os condicionantes dos usos sociais e políticos de

credibilidades, expressos em formas de agir e de pensar de alguns “representantes” e relacionados à inscrição no meio universitário, num sentido mais restrito. No que tange mais diretamente a esse último, pensa-se na possibilidade de pontuar algumas pistas trabalhadas por Coradini (2012 e 2013) sobre como a definição das posições de “elite” dos professores universitários é condicionada pela ocupação de cargos associados à gestão no próprio âmbito universitário. Esses postos, em termos abrangentes, não deixam de ser “políticos” e, em vista disso, de serem consoantes às libidos e às habilidades “políticas”, em termos mais específicos, quer dizer, condizentes com a ocupação de cargos no aparelho governamental e parlamentar, decorrentes de vitórias eleitorais, de postos de confiança, em comissões, de assessorias, etc.⁸

No cerne da reflexão, a tentativa de compreender fatores que debilitam a autonomia do espaço escolar e científico, ou seja, que interferem na subordinação desse domínio à lógica e à legitimidade da política. A exemplo da interferência das relações sociais nos trajetos ascendentes e, por conseguinte, na combinação de princípios e recursos. A partir disso, parece instigante investir no exame de agentes que concentram autoridades em carreiras universitárias bem

8. Coradini (2012a e 2013) identificou o alto grau de vinculação dos professores universitários ao chamado *spoil system* e, conseqüentemente, à política. No universo que ele estudou (explorado com análises de correspondências múltiplas), verificou a constituição de um polo dominante caracterizado justamente pelo acúmulo de títulos, homenagens e, principalmente, funções de gestão, tidos como os mais distintivos ou transcendentais; e um polo dominado pautado pela dimensão mais propriamente “técnica” ou “escolar”. As atividades de pesquisa, por exemplo, tendem a ter peso apenas como recurso de entrada na carreira universitária ou quando vinculadas ao *carisma de função* (uso da ocupação de um cargo público como critério de excelência social). E, entre os critérios de seleção e hierarquização, destaca-se a valorização de atributos que remetem às capacidades de “liderança”, de “formação de recursos humanos”, de atendimento à “concepção gestonária” de “inovação” e, enfim, de “gestão”.

sucedidas (no duplo sentido de reconhecimento enquanto pesquisadores e passagens por altos cargos de gestão universitária) e perfazem trajetões extremamente exitosas na conversibilidade desses trunfos em postos políticos no Estado e no Parlamento.

Em síntese, afora a oportunidade de investigar a porosidade desses espaços e o intercruzamento de lógicas de ação e princípios de legitimação, é preciso percebê-los de forma aprofundada por meio do exame de inscrições políticas tanto em termos de ocupação de cargos universitários, assessorias, consultorias, conselhos, comitês, etc., como no sentido mais diretamente relacionado ao exercício de postos eletivos e administrativos na esfera governamental e parlamentar. Verificam-se, assim, as chances e os lucros das estratégias de conversão de recursos conquistados no âmbito universitário (reconhecimentos, redes de relações sociais, títulos, saberes, competências e repertórios) em critérios de distinção entre políticos profissionais⁹.

1. Entre a Cátedra e o Parlamento: caracterização do universo

Como já foi dito, o ponto de partida desta discussão foram os dados disponíveis para os 299 agentes delimitados em uma pesquisa anterior, que permitiu a localização dos casos pertinentes ao tratamento

da problemática ora investigada. Aos elementos que os aproximam e que permitem aglutiná-los no mesmo universo de análise, anexam-se aspectos distintivos mais gerais referentes, basicamente, aos períodos de nascimento, de obtenção do título superior e do exercício do magistério em universidades. A partir dessas informações, foi possível posicioná-los num *continuum* histórico e associá-los em três tipos amplos de perfis que viabilizam um tratamento mais sociográfico e comparativo.

No primeiro, encontram-se 15 parlamentares nascidos entre o final do século XIX e início dos anos 1920, que obtiveram seus diplomas de título superior entre meados dos anos 1920 e 1940 e que exerceram o magistério principalmente nas décadas de 1930, 1940 e início de 1950. No segundo, situam-se 10 agentes que nasceram entre 1928 e 1940, diplomados em universidades entre 1950 e 1964 e que atuaram como docentes nas décadas de 1950, 1960 e 1970. E, no terceiro, estão os 15 restantes, com data de nascimento mais recente (a partir de 1940), titulados durante o regime militar (1964-1979), e professores universitários nas últimas décadas (sobretudo nos anos 1980 e 1990)¹⁰.

Em conjunto, eles corroboram tendências já identificadas em outros estudos sobre elites políticas e intelectuais, em especial no tocante à diversificação que representam quanto: à posição social de origem (profis-

9. Há uma série de pesquisas dedicadas aos condicionantes do recrutamento de elites políticas que sublinham a presença das chamadas “profissões intelectuais”, notadamente de professores universitários, em postos de poder político. Esses estudos também focalizam as afinidades entre determinadas “competências” com papéis políticos prescritos e posições ideológicas assumidas (REIS, 2014; UNZUÉ, 2012; CORADINI, 2012b; RODRIGUES, 2002; BEST; COTTA, 2000; DOGAN, 1999; GREZÈS-RUEFF, 1994; GAXIE, 1980).

10. Grifa-se que desses quarenta, somente três são mulheres e estão localizadas uma no segundo perfil e duas no terceiro. Uma reflexão direcionada a esses casos está em andamento, mas vale desde já mencionar que são somente oito os casos de mulheres detectados no universo de 299 parlamentares estudados, e elas foram alvo de exame específico em Reis (2014).

sões dos pais); à origem geográfica (estado da federação de atuação, principalmente acadêmica, que geralmente coincide com o estado de atuação política); ao pertencimento institucional (instituições de ensino superior em que conseguem os títulos e onde

atuaram como professores); e às áreas de formação (títulos obtidos).

Tomando-se como indicador de posição a profissão do pai, pode-se averiguar um aumento na diversidade de segmentos sociais de origem dos agentes examinados:

Quadro 1 – Profissão do Pai

	Perfil 1 (14/15)	Perfil 2 (04/10)	Perfil 3 (10/15)
Advogado e político	-	-	01
Comerciante	03	01	01
Contabilista e jornalista	-	-	01
Dono de uma pequena tipografia	01	-	-
Empresário e administrador de empresas	-	-	01
Engenheiro e funcionário público	-	-	01
Farmacêutico	-	-	01
Fazendeiro	03	01	-
Funcionário de tecelagem e caixeiro viajante	-	-	01
Militar ou alto funcionário público	03	02	01
Político	03	-	-
Professor de história (sem formação superior)	-	-	01
Profissional liberal	03	-	-
Promotor, professor e funcionário público	-	-	01
Sapateiro	01	-	-

Fontes: DHBB-FGV (2011) e GRILL & REIS (2012)

Mesmo com certo desfalque de informações para o segundo perfil, aquelas disponíveis para os dois polares confirmam a diversificação social e de modalidades de

ocupações desempenhadas pelos progenitores dos agentes (com destaque à presença constante de comerciantes e altos funcionários). O que se repete para as origens ge-

Quadro 2 – Origem Geográfica

	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3
Alagoas	-	-	01
Amazonas	-	-	01
Bahia	04	-	-
Ceará	-	01	-
Distrito Federal	-	-	01
Minas Gerais	02	-	-
Pará	-	03	-
Paraíba	-	01	-
Pernambuco	02	-	-
Piauí	-	-	01
Rio de Janeiro	03	01	01
Rio Grande do Norte	-	-	-
Rio Grande do Sul	01	02	03
Santa Catarina	-	-	01
São Paulo	03	02	06
Total	15	10	15

Fontes: DHBB-FGV (2011) e GRILL & REIS (2012)

ográficas.

O quadro 2 revela alterações na distribuição dos estados da federação nos quais os agentes exerceram suas atividades. Não por acaso, há uma maior frequência de casos na Bahia e no Rio de Janeiro para os primeiros, cujo período de atuação corresponde àquele em que esses estados eram os principais centros políticos, culturais e de formação superior do país. Enquanto para os

últimos, com atuação mais recente, há tanto uma distribuição um pouco mais dispersa entre diferentes estados, quanto uma maior concentração em São Paulo, que atualmente tem o maior número de Instituições de Ensino Superior (IES), e das mais reputadas do país. Sublinha-se ainda a posição do RS em segundo lugar entre os mais frequentes.

Observando as IES em que os agentes se formaram e em que lecionaram, ficam ain-

Quadro 3 – IES de Formação e de Atuação

IES	Formação/Números por perfil				Docência/Números por perfil			
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	Total	1. ^a	2. ^a	3. ^a	Total
UFRJ	05	01	-	06	07	-	-	07
UFBA	02	-	-	02	02	-	-	02
UFF	01	-	-	01	01	-	01	02
UFPE	03	-	01	04	01	01	-	02
UFRN	-	-	-	-	01	-	-	01
USP	04	02	04	10	01	02	01	04
Exterior	-	-	-	-	01	01	-	02
UNICAMP	-	-	-	-	01	-	02	03
UFPA	-	03	-	03	-	02	-	02
FGV/RJ	-	-	-	-	-	01	01	02
PUC/RJ	-	01	-	01	-	01	-	01
UNB	-	-	01	01	-	-	01	01
FGV/SP	-	-	-	-	-	-	02	02
PUC/SP	-	-	01	01	-	-	02	02
UFRGS	-	-	02	02	-	-	02	02
PUC/RS	-	01	01	02	-	-	01	01
UNISINOS	-	-	-	-	-	-	01	01
UFMG	-	-	02	02	-	-	-	-
UFAM	-	-	01	01	-	-	01	01
UFPB	-	01	-	01	-	-	-	-
UFCE	-	01	01	02	-	-	-	-
UFRRJ	-	-	01	01	-	-	-	-
NI	-	-	-	-	-	02	-	02
Total	15	10	15	40	15	10	15	40

Fontes: DHBB-FGV (2011) e GRILL & REIS (2012)

da mais nítidas, por um lado, as dinâmicas de diversificação regional e institucional, e, por outro lado, a força das instituições paulistas.

Neste ponto, salienta-se a alta endogenia na população em pauta, quer dizer,

quase metade dos casos (19 contra 21) lecionaram na mesma universidade em que obtiveram seus diplomas. Mas, acentua-se que esta é uma recorrência que diminui para o terceiro perfil, comparativamente aos anteriores.

À maior diversificação de espaços acadêmicos de formação de elites e ao deslocamento do principal centro universitário do

Rio de Janeiro (capital do Brasil até o início da década de 1960) para São Paulo, conjuga-se a perda paulatina da prevalência na

Quadro 4 – Primeira Formação Superior

Título Superior	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Total
Direito	09	04	03	16
Medicina	02	-	-	02
Engenharias	-	01	03	04
Economia	01	02	08	11
Psicologia	01	-	-	01
Pedagogia	-	01	-	01
Ciências Humanas	01	01	01	03
Teologia	01	-	-	01
Matemática	-	01	-	01
Total	15	10	15	40

Fonte: DHBB-FGV (2011) e GRILL e REIS (2012)

formação em direito e a ascensão da economia e das engenharias como titulações privilegiadas pelos agentes, como se pode conferir no quadro 4.

Outras informações referentes aos investimentos escolares dos agentes são pertinentes para indicar aspectos da (re) configuração dos perfis em questão. Destaca-se a diminuição no empenho em realizar mais de um curso superior: somente 03/15 entre os casos do último perfil (20%), contra 06/15 e 04/10 entre os dois anteriores (40% cada) que acumularam diplomas. Proporcionalmente, há o aumento das apostas em títulos de pós-graduação: no segundo perfil são 07/10 e no terceiro são 12/15 (respectivamente 70% e 80%), a maior parte deles em doutoramentos; enquanto no primeiro perfil a frequência é de apenas 05/15 (33%), sendo que a maioria em livre docência e especialização. O mesmo se aplica para o trânsito internacional como critério de distinção em áreas em processo de institucionalização: enquanto 05/10 do segundo perfil e 08/15 do terceiro (respectivamente 50% e 54%) contaram com estadas de estudos no exte-

rior, no primeiro perfil estão somente 02/15 (13%) que passaram, no seu trajeto escolar de formação, por instituições estrangeiras.

Os agentes, por meio das suas estratégias escolares (incluindo o investimento em capital internacional), participaram de processos de institucionalização de cursos de graduação e pós-graduação em importantes centros de pesquisa e ensino. Basta ver que, *pari passu* à obtenção de título de pós-graduação no Brasil e no exterior, há o incremento da presença dos mesmos em cargos administrativos no âmbito universitário. Mais precisamente, 07/10 e 11/15 para os dois últimos (70% cada), contra 07/15 do primeiro perfil (46%) ocuparam cargos de direção em universidades (departamentos, institutos, pró-reitorias e reitorias).

Todavia, as posições e notabilidades são fundadas na imbricação entre o trabalho intelectual e a intervenção política tanto a partir das inscrições nos meios universitários como no parlamento. E os dados sinalizam justamente para a convergência e complementaridade entre atribuições assumidas no âmbito universitário e os papéis

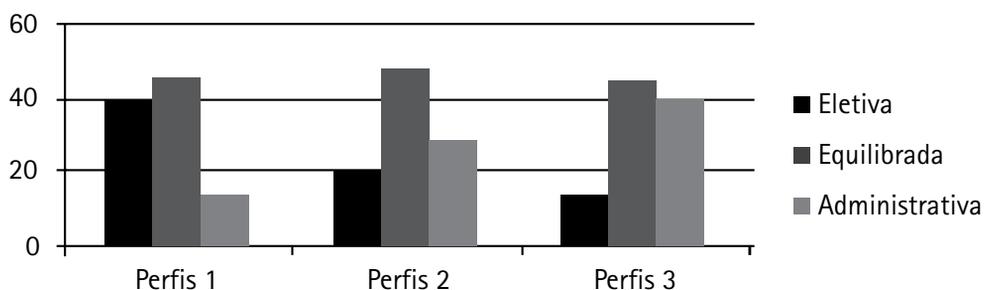
políticos assumidos. Quer dizer, os mesmos agentes que intensificaram suas aplicações direcionadas a legitimar conhecimentos e habilidades por intermédio de estratégias escolares e de cargos de direção nas universidades, seguiram carreiras políticas prósperas apostando no uso dos seus currículos (acadêmicos e administrativos) para a ocupação de cargos políticos.

Cotejando-os diacronicamente, são percebidas variações quanto aos padrões tanto de carreira acadêmica (crescente valorização da pós-graduação, da internacionalização e da ocupação de cargos administrativos nas instituições de ensino superior), como de carreira política (como a importância da passagem por cargos administrativos). Adiciona-se a isso, a interferência de deslocamentos dos lugares de consagração intelectual (das academias de letras e institutos históricos e geográficos para asso-

ciações profissionais e institutos/fundações partidárias), bem como dos gêneros de escrita privilegiados (de literários e históricos para, cada vez mais, técnicos ou setorializados e generalistas).

Com efeito, mais de 2/3 dos casos, independentemente do período no qual atuaram de forma mais significativa, tiveram carreiras políticas com longos períodos de ocupação de postos administrativos. Mais precisamente, 77,5% dos quarenta parlamentares examinados exerceram cargos em ministérios e/ou secretarias de estado (de primeiro escalão no governo federal e nos governos estaduais). Soma-se a isso o aumento gradativo, ao longo do tempo, entre os professores universitários aqui examinados, do investimento em carreiras políticas predominantemente administrativas ou equilibradas entre ocupação de cargos eletivos e administrativos, identificadas em termos de anos de

Gráfico 1 – Padrões de carreiras políticas por perfis



Fonte: DHBB-FGV (2011)

dedicação. Na divisão considerada, tem-se: 09/15, 08/10 e 13/15, respectivamente, e tomando as porcentagens em cada perfil, temos o gráfico 1.

O duplo investimento em carreiras políticas e universitárias, com trânsitos por atribuições eletivas e administrativas em universidades e governos, ratifica a configuração de retroalimentação entre prestígio

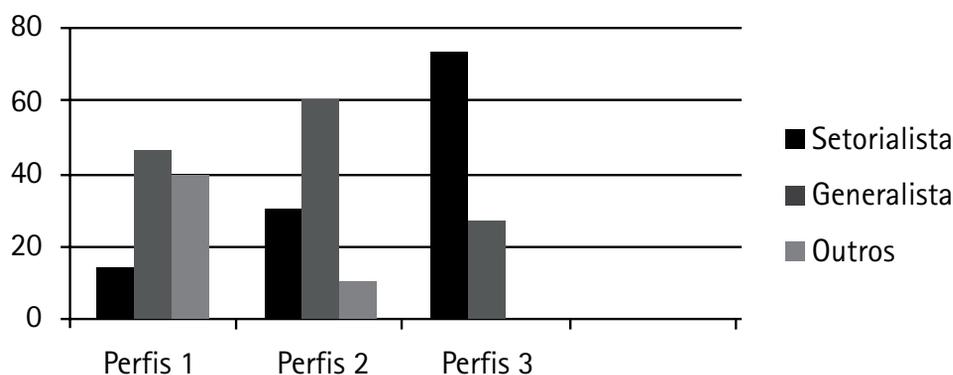
acadêmico, vinculação com espaço político-partidário e ocupação de cargos administrativos de relevo que, ademais, não parece arrefecer ao longo do tempo.

Outros aspectos correlacionados que podem ser agregados à análise dizem respeito aos gêneros de escrita privilegiados por esses agentes e às instâncias de consagração que os notabilizaram.

Em primeiro lugar, frisa-se o incremento da produção de textos (contabilizando-se prioritariamente livros) cujas temáticas são ligadas à posse de “competências técnicas” e vinculadas a setores específicos, e a atenuação proporcional daquelas mais generalistas, de biografias sobre eventos e personagens históricos, de memórias e autobiografias, de literatura e poesia. Mais diretamente,

enquanto no primeiro perfil apenas 02/15 escreveram prioritariamente sobre questões que envolviam suas especializações profissionais; no segundo há a ampliação significativa para 06/10; culminando com a ocorrência de 11/15 de agentes dedicados à escrita de livros em suas especialidades acadêmicas no terceiro. Em termos percentuais, pode-se recorrer ao gráfico 2.

Gráfico 2 – Gênero de escrita por perfis



Fonte: DHBB-FGV (2011)

E, em segundo lugar, sobressai-se o deslocamento dos espaços de celebração dos saberes e conhecimentos desses docentes-escritores-gestores-parlamentares das academias de letras e os institutos

históricos e geográficos (ambos com instituição nacional e nos estados) para as associações profissionais e institutos ou fundações em partidos, como é possível perceber no quadro 5.

Quadro 5 – Participação em Instâncias de Consagração Cultural

Modalidades	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3
Academias de Letras e Institutos Histórico-Geográficos	11	04	-
Associações Profissionais	07	06	10
Institutos/Fundações em partidos	04	04	10

Fonte: DHBB-FFV (2011) e GRILL e REIS (2012)

Parece precipitado considerar essa constatação como indício do descolamento e da autonomização das esferas política e intelectual. Vale, isto sim, vislumbrá-la como a cristalização de novas amálgamas entre os registros advindos do mundo político e do domínio intelectual, encetados por modificações nas linguagens do poder (gestadas em escala transnacional) e nas apropriações da gramática democrática, operadas no interior de empresas partidárias¹¹.

2. Reconfigurações históricas e condicionantes da afirmação universitária e política de agentes com trajetórias multinotáveis

Entre os três perfis discutidos no item anterior, foram escolhidos dois casos considerados exemplares, pois ao mesmo tempo são contrastantes entre si e permitem investigar o *continuum* de inscrições no mundo universitário e governamental pertinentes e os recursos valorizados/mobilizados em diferentes estágios do processo de afirmação política e intelectual analisado. Evidentemente, eles não são uma amostra representativa nem do conjunto dos docentes de ensino superior, tampouco dos professores universitários que ingressaram na atividade política. Porém, certamente retratam a composição das posições dirigentes de um segmento da “elite” letrada e votada no Brasil, que vem sendo estudada a partir de várias nuances e recortes¹².

Para melhor qualificar as intersecções em questão, propõe-se o exame das propriedades e dos investimentos operados por seus protagonistas em circunstâncias mais ou menos favoráveis às suas inscrições. Assim, retomamos a seguir alguns eventos significativos do delineamento das universidades brasileiras e interdependentes dos processos mais amplos de reconfiguração em distintos planos sociais, para situar dois trajetos de parlamentares que ocuparam duas posições no vértice administrativo das pirâmides universitária e política: reitoria e ministério da educação.

Pedro Calmon e Cristovam Buarque são considerados representativos de conexões entre lógicas e práticas que animam domínios políticos e culturais, bem como de critérios de excelência e de problemáticas legítimas que, em diferentes contextos, pautaram a seleção de grupos dirigentes. Tendo chegado ao cume da hierarquia universitária e parlamentar, eles não somente protagonizaram experiências e conflitos que os levaram ao topo dos postos de gestão, como são personagens dos processos de construção das instituições universitárias e da progressiva especialização da atividade política. Conjuga-se a isso o fato de terem sido reitores de universidades localizadas na capital federal (Universidade do Brasil/RJ e Universidade de Brasília/DF), que singularizaram modelos de instituições de ensino superior nas respectivas configurações históricas em que foram fundadas.

11. Esse argumento foi desenvolvido em estudo que trata especificamente das fundações de pesquisas e estudos que funcionam a partir dos partidos políticos no Brasil desde a década de 1970, mostrando as transformações das linguagens, das estruturas organizacionais dessas instâncias e dos perfis dos dirigentes que encarnariam modelos de excelência simultaneamente intelectual e política (REIS; GRILL, 2014a; 2015).

12. Um apanhado das pesquisas atuais que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC) foi feito em Reis; Grill (2014b).

Se ambos se assemelham nas posições homólogas que conquistaram em distintos contextos, vale desde já acentuar que destoam nas suas origens sociais (e isso guarda relação com as modificações mencionadas). Enquanto a de Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (1902-1985) é alta (ainda que não seja oriundo de uma capital), a de Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque (1944-) é mais modesta. O primeiro nasceu numa “tradicional” família baiana, constituída de componentes politicamente bem alocados (governadores, ministros, deputados federais, senadores, desembargadores, entre outros) desde o Império. Seu pai foi um grande comerciante e empresário no interior da Bahia, cujo estabelecimento (chamado de “A Casa Paris na América”) emitia “vales” que circulavam como “moeda local”. Em um determinado momento, “ele teria sido o empresário que mais pagou impostos em todo o interior do estado” (MARQUES, 2010, p.36). O segundo, proveniente de uma família numerosa, é natural de Recife/PE, filho da segunda esposa de um pequeno comerciante (caixeiro viajante) sem a escola primária completa. Os pais teriam tido uma tecelagem e Cristovam começou a trabalhar com 14 anos de idade ajudando “a vender panos e a fazer a contabilidade comercial dos negócios” (Disponível em <http://www.cristovam.org.br/vida>. Acesso em 20 jan. 2013), o que teria influenciado suas escolhas universitárias posteriores (ROCHA, 2006).

No entanto, em decorrência e em consonância com o espaço de possíveis históricos e biográficos, cada um dos personagens examinados transitou entre domínios culturais e políticos acumulando *multinotabilidades*¹³ e interseccionam lógicas e registros variados nos seus repertórios de afirmação.

2.1. Grandes famílias, centralização política e inovações institucionais (1920-1950)

Nas discussões da literatura especializada sobre a constituição do ensino superior no Brasil, não raro é ponderado o caráter tardio da criação e da institucionalização de universidades no país¹⁴. Originalmente teria havido “resistências” de Portugal e das elites localmente estabelecidas à criação de instituições desse tipo na Colônia, até porque elas poderiam ser buscadas na Europa (CARVALHO, 1996).

A gênese das “profissões imperiais” (COELHO, 1999) é situada a partir da instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro e esteve vinculada aos empreendimentos visando formar agentes tecnicamente aptos às funções de “defesa militar da colônia”. Somente com a República que a primeira universidade foi oficializada pelo governo federal. Em 1915, a reforma Carlos Maximiliano dispôs sobre a criação de um aglomerado que reunia as escolas Politécnica e de Medicina (do Rio de Janeiro) com uma das Faculdades Livres de

13. A noção se refere aos múltiplos recursos (materiais e simbólicos), mais ou menos institucionalizados, personificados por agentes que conquistam notoriedade e legitimidade para definir e agir sobre o mundo social. Por esse intermédio, alcançam posições “notáveis” nas hierarquias de domínios específicos e na do espaço social mais amplo. Ver Reis & Grill (2015).

14. A instituição medieval havia sido exportada da Europa para alguns países da América Latina no século XVI como fundações coloniais e missionárias com acento religioso (Dominicanos, Jesuítas) e com vistas ao ensino de Teologia e Direito Canônico (CHARLE e VERGER, 1996, p. 42). No Brasil, a coroa portuguesa impediu a criação de uma instituição desse tipo pelos jesuítas que recorriam à “Universidade de Coimbra ou para outras universidades europeias, a fim de completar seus estudos” (FÁVERO, 2006, p. 20).

Direito. E apenas em 1920 a Universidade do Rio de Janeiro foi institucionalizada (FÁVEIRO, 2006, MENDONÇA, 2000).

No plano cultural, nas primeiras décadas do século XX ocorreram redefinições sobre os seus produtos e porta-vozes específicos, em especial no que tange à atribuição de decifrar a identidade nacional. No plano político, foram tempos de decadência do poder oligárquico, de radicalização de grupos contestatórios (principalmente de direita) e de fortalecimento do governo central e de uma elite burocrática. Foi no processo de criação de instituições políticas consideradas “modernas” e de afirmação da nacionalidade (vistos pelos intelectuais como missões inseparáveis) que se inseriu o debate central sobre os tipos de universidade desejados, o lugar que ocupariam e sua autonomia frente aos poderes temporais¹⁵.

A partir dos anos 1930, inaugurou-se “um longo período de *state building*”, cuja centralização política permitiu que, durante os quinze anos do primeiro governo Vargas (1930-1945), três novas gramáticas fossem mobilizadas: corporativismo, insulamento burocrático (com a criação de empresas e agências estatais) e tentativas de instauração de um universalismo de procedimentos (via reformas do serviço público). Tais gramáticas amoldaram-se àquela já prevalecente, a do clientelismo, facilitando o abrigo de membros pertencentes a núcleos estaduais remanescentes da chamada “República Velha” no “aparelho do Estado” (NUNES, 2003, p. 47).

O processo de construção do Estado

brasileiro, de centralização política e de edificação de instituições tidas como “modernas” no período pós-30, teria sido obra das elites agrárias originárias de estados de peso secundário na Federação, contrapondo-se ao núcleo paulista hegemônico. Por conseguinte, deve-se evitar a adoção de um esquema dualizado que coloca o “universo tradicional” (famílias, clientelismo e particularismos) em oposição à construção do Estado, da burocracia e dos mecanismos de representação, que acaba obscurecendo a compreensão dos agentes que estão na origem das inovações institucionais (GARCIA JR., 1993).

Nessas circunstâncias, a ampliação do acesso às instituições de ensino superior ainda não abalava a raridade do título em direito, que estava associada a recursos de origem que permitiam certos trânsitos (mesmo que não necessariamente para a Europa, mas para o centro do país) e respaldava a ocupação das mais altas posições de elite. No entanto, como Miceli (1979) demonstrou, a expansão do espaço de concorrência ecoou na necessidade de diversificação das estratégias de afirmação dessas “elites”, mormente no que diz respeito às condições do trabalho de produção de bens simbólicos. Com efeito, persistiam as interconexões entre domínios e princípios políticos e culturais.

Pedro Calmon cursou direito entre 1920 e 1924, sendo que os dois últimos anos foram concluídos no Rio de Janeiro, para onde se deslocou a fim de trabalhar com um tio, ministro da agricultura, como se-

15. Neves (2002, p. 354), ao situar a discussão sobre a sociologia da educação nos anos 1930, destaca: “As transformações da sociedade brasileira a partir dos anos 1930 trouxeram à tona o problema da educação. Esta passou a ser vista como recurso privilegiado no processo de construção do novo perfil de cidadão adequado ao Brasil em mudança. A reforma da educação ajudaria a construir a base para a transformação do país”.

cretário da Comissão Promotora dos Congressos do Centenário da Independência. Ele pode ser localizado na geração de intelectuais dos anos 1920-40, para a qual politização significava a “conversão à ação política” e a confirmação da “vocação para elite dirigente”, graças à detenção de um “saber sobre o social, reconhecido e valorizado por amplos setores da sociedade” (PÉCAUT, 1990, p. 21-22). Trunfo esse passível de ser mobilizado na definição, prescrição e ação sobre o “social” e o “cultural”.

Logo no início da sua carreira, Calmon foi redator em jornais do então Distrito Federal (*O Imparcial* e *Gazeta de Notícias*) e na Bahia (*A Tarde*), bem como publicou os livros *Pedras d'armas* (de contos, 1923); *Direito de propriedade à margem dos seus problemas jurídicos, sociológicos, históricos e políticos* (1925) e *História da Bahia* (das origens à atualidade). Tinha somente por volta de 23 anos de idade e já conquistara relativo destaque nacional como “intelectual”, sendo ainda nomeado conservador do Museu Histórico Nacional e debutado como orador na tribuna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ABREU, 2011). Com tais origens e inserções, a estreia na política foi igualmente precoce. Elegeu-se deputado estadual em 1927, pelo Partido Republicano da Bahia (recentemente formado), ocupando o cargo até 1930, período do governo de outro tio naquele estado. Os investimentos na produção de textos se-

guiram intensos ao longo do seu itinerário. Sobressaindo a variedade também em termos de gêneros de escrita de caráter literário, técnico/genérico e histórico¹⁶.

Ainda antes dos trinta anos de idade publicou: *Compêndio para os colégios* (1927), *O tesouro de Belchior* (novela, 1928), *Reforma constitucional da Bahia* (1929), *História da independência do Brasil* (1929), *José de Anchieta, o santo do Brasil* (1930). Sendo que o romance histórico *O tesouro de Belchior* chegou a ser premiado, em 1929, pela ABL.

A década de 1930 foi para ele ainda de abundante produção e de rentabilização tanto dos empreendimentos intelectuais como das posições e posicionamentos políticos. Foi eleito sócio efetivo do IHGB, em 1931 (sendo seu orador oficial de 1938 a 1968, e seu presidente desde 1968, sagrando-se sócio grande-benemérito do Instituto); participou do Congresso Nacional de História; representou o Equador na Conferência Pan-Americana de Geografia e História realizada no Rio de Janeiro; foi o orador oficial do Instituto dos Advogados do Brasil; representante do Equador na Conferência Pan-Americana de Geografia e História (no Rio de Janeiro). Chegou ainda à livre-docência de direito público constitucional da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1934 (ABREU, 2011; <http://www.fgv.br/cpdoc>, <http://www.academia.org.br>).

16. Tal perfil assemelha-se a outros notabilizados entre os anos 1920 e 1950. Ver Grill e Reis (2012). É o caso de Afonso Arinos estudado anteriormente (GRILL; REIS, 2015; GRILL, 2015) que, igualmente, situa-se no empreendimento intelectual de uma geração “vacionada” para a ocupação da função de “elite dirigente”, cuja missão seria instaurar o Estado e suas instituições, assim como de interpretar a nação e explicitar sua “essência” (PÉCAUT, 1990). Para tanto, esses agentes encarnaram o duplo papel de intelectuais e políticos, facilitado pelo reconhecimento desfrutado por suas “famílias”, pela legitimidade do título de bacharel em direito que possuíam, pela expansão do mercado editorial e do sistema de ensino e pela proliferação de postos políticos no Estado e/ou nas instituições de representação política.

Uma série de livros publicados nos primeiros anos da década de 1930 ampliou o prestígio de Pedro Calmon para o credenciamento à Academia Brasileira de Letras. E, em 1935 passou a ser o responsável pela cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade do Distrito Federal e professor da Pontifícia Universidade Católica e da Faculdade de Filosofia Santa Úrsula do Rio de Janeiro.

Foram publicados: *O crime de Antônio Vieira* (1931), *Gomes Carneiro, o general da República* (1933), *A federação e o Brasil* (1933), *História da civilização brasileira* (primeiro tomo, 1933 ou 1935), *Malês, a insurreição das senzalas* (1933), *O marquês de Abrantes* (1933), *O rei cavaleiro (vida de Pedro I)* (1933), *O rei do Brasil (vida de d. João VI)* (1935), *Espírito da sociedade colonial* (1935).

Ele ainda obteve, em 1934, um novo mandato eletivo, agora como deputado federal pela Bahia, na legenda da Concentração Autonomista. Como parlamentar, teria criticado o ministro da Guerra, general João Gomes Ribeiro Filho, por afastar do Exército os militares que participaram de um comício da Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935. Neste mesmo ano, discursou “na escadaria da Câmara em favor dos estudantes” que reivindicavam a “redução de 50% nos preços das passagens dos coletivos”, e também teria apoiado a primeira lei protetora do patrimônio cultural na Bahia (ABREU, 2011).

Calmon estava inserido no contexto de emergência de um sistema de educação de massa e também de “diferentes projetos de educação das elites que deveriam dirigir o processo global de transformação da sociedade brasileira, via reorganização da escola secundária e do ensino superior” (MENDONÇA, 2000, p.137).

Em 1932, os chamados “pioneiros da educação nova” – articulados a partir da insatisfação em relação ao Estatuto das Universidades Brasileiras, oriundo da Reforma Campos de 1931 – produziram o “manifesto do povo e ao governo”. Encabeçados por Fernando Azevedo (advogado, educador, sociólogo, ensaísta), no documento defenderam a educação superior ou universitária para além tanto da formação profissional e técnica como das escolas de engenharia, de medicina e de direito (pela criação de faculdades de ciências sociais, economia, filosofia, letras, etc.). Mobilizando a sociologia, a democracia e um sentido de missão geracional, no manifesto (atualizado em 1959, aos “educadores”) os “pioneiros” estabeleceram as funções “modernas” da universidade: “criadora de ciências (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes” (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 2010).

Nesse processo, houve a criação das universidades de São Paulo (USP) e do Distrito Federal (UDF), respectivamente em 1934 e 1935. No entanto, em 1937, o então ministro da educação, Gustavo Capanema (1934 a 1945) encaminhou a formulação da Universidade do Brasil (UB) que refletiria os empreendimentos do governo federal no sentido da padronização, centralização e tutela do ensino superior pelo Estado. O objetivo seria “formar *trabalhadores intelectuais* para os quadros técnicos da burocracia estatal, nas áreas de educação e cultura, e, particularmente, professores para o ensino secundário” (MENDONÇA, 2000, p. 141). Não só a “pesquisa aparecia claramente com um objetivo secundário, subordinado”, como a indicação do reitor e dos

diretores de instituições de ensino seria feita pelo Presidente da República. Ficava igualmente estabelecido que os professores e os alunos da UB não poderiam ter atividades ou qualquer tipo de manifestação político-partidário. A UDF, criada por Anísio Teixeira (com quem Pedro Calmon mantinha relação, no mínimo, desde os anos 1920, o que pode ser constatado em correspondências com vistas à troca de favores localizadas no acervo do CPDOC), fora extinta e incorporada à UB.

Nesse momento, Pedro Calmon atuava no Liceu Literário Português, como diretor do Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto, e compareceu ao Congresso Jurídico Nacional (Salvador). Enquanto presidente da reunião da Comissão Constitucional, ocorrida no evento, posicionou-se contra a cassação dos mandatos de parlamentares eleitos pelo então Partido Comunista do Brasil (PCB) que teve (o partido) seu registro eleitoral cancelado. Aos 34 anos ele foi eleito para a cadeira nº 16 da ABL, sucedendo Félix Pacheco (ABREU, 2011).

Publicou nesse período: *Intervenção federal* (o artigo 12 da Constituição de 1934) (1936), *História social do Brasil* (3v., 1937-1939), *Curso de direito público* (programa universitário) (1938), *O rei filósofo* (vida de d. Pedro II) (1938), *História da Casa da Torre, uma dinastia de pioneiro* (1939) e *Figuras de azulejo, perfis e cenas da história do Brasil* (1940).

Em 1945, esteve no I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo, do qual participaram outros “intelectuais”, com diferentes tendências políticas, e que se mobilizaram na elaboração de “uma declaração em favor da democracia e das liberdades públicas”, contra o governo varguista. Também neste ano, Pedro Calmon foi eleito

presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL) e participou das conferências Interamericana (no México) e Interacadêmica (em Lisboa) para o Acordo Ortográfico.

Nessa primeira metade da década de 1940, publicou: *Influências americanas nas letras brasileiras* (1941), *A princesa Isabel, a Reidentora* (1941), *Brasil e América, história de uma política* (1943) e *História da Faculdade Nacional de Direito (1891-1920)* (1945).

Com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, apesar de o Presidente José Linhares ter sancionado o Decreto-Lei nº 8.393, de 1945, que conferiria “autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar à UB”, segundo Fávero (2006) ela não foi efetivada. Com este Decreto, o reitor passava a ser “nomeado pelo Presidente da República, dentre os professores catedráticos efetivos, em exercício ou aposentados, eleitos em lista triplíce e por votação uninominal pelo Conselho Universitário” (art. 17, § 1º). O Ministro da Educação era Raul Leitão da Cunha, que também foi o primeiro reitor da UB.

Em 1948, Pedro Calmon foi, inicialmente, nomeado vice-reitor, e depois reitor da Universidade do Brasil (UB) – atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – deixando a posição que ocupava desde 1938 como diretor da Faculdade de Direito da mesma universidade.

Nesse período, publicou: *Cursos de direito constitucional brasileiro: Constituição de 1946* (1947), *A bala de ouro, estória de um crime romântico* (1947), *História de Castro Alves* (1947), *Curso de teoria geral do Estado* (1949, 5ª ed. 1958), *História da fundação da Bahia* (1949), *História da literatura baiana* (1949), *História do Brasil na poesia do povo* (1949).

Ele permaneceu como reitor por dezoito anos: posição que se coadunava ao longo percurso de ocupação de posições intelectuais, políticas e administrativas, ilustradas no rol de etiquetas de consagração como “professor, político, historiador biógrafo, ensaísta e orador”, entre outras. (<http://www.academia.org.br/abl>), acessada em 12 de novembro de 2013).

O então Ministro da Educação e Saúde, Clemente Marini, com perfil semelhante ao de Calmon e igualmente oriundo da Bahia¹⁷, registrou no discurso de posse do contrerrâneo na reitoria da UB a “confiança de que, no seu desempenho, encontrará V. Exa. novas oportunidades para pôr em relevo excepcionais qualidades que têm valido merecido destaque, assim na sua carreira universitária como em outras variadas esferas da sua brilhante atividade intelectual”. Mariani destacou a sua “árdua missão” que colocará “à prova toda a sua capacidade de ação”, haja vista que:

Reunindo estabelecimentos esparsos e ainda lutando com as dificuldades decorrentes da inexistência em nosso meio de um tradicional espírito universitário, a Universidade do Brasil, formalmente constituída pelos estatutos legais que a organizaram continua, no entretanto, a necessitar de condições propícias ao pleno desenvolvimento de sua alma coletiva. O seu

aparelhamento material já é objeto de maior interesse do governo, que para êle reservou recursos substanciais. Mas o impulso da vida cultural, a projeta como um centro influente e benemérito da formação nacional e mesmo como um centro cultural universal, somente poderá vir dos seus próprios elementos componente, dirigentes, professores e estudantes, irmanados em trabalho comum e proveitoso (CPDOC, 2 - CMa pi Mariani, C. 1948.10.05 Discurso proferido enquanto ministro da Educação e Saúde, na posse de Pedro Calmon na Reitoria da Universidade do Brasil. Rio de Janeiro)

Observa-se aqui não somente os obstáculos à consolidação da universidade como instituição autônoma frente ao poder político, mas também a vulnerabilidade da afirmação de um campo cultural relativamente autônomo, no qual o reconhecimento e viabilidade do trabalho intelectual não dependessem de “aptidões” e demandas externas (sociais, políticas e econômicas). Antes disso, ocorre que justamente são esses critérios que definem o princípio de hierarquização social mais geral, e cultural mais especificamente.

Sabe-se que no período em pauta, a problemática legítima mais ampla era a urgência em conceber o sentido ou revelar as características da nação brasileira e do que seria “propriamente nacional”, incluindo a univer-

17. Clemente Mariani Bittencourt (1900-1981) nasceu em Salvador/Bahia, filho de um desembargador. Formou-se em direito em 1920 e atuou como advogado, jornalista (foi redator e redator-chefe do *Diário da Bahia*). Além de jornalista (atuou também como colaborador da *Revista da Ordem dos Advogados da Bahia* de 1927-30) e advogado, foi professor da cadeira de direito comercial na Faculdade de Direito da Bahia. Foi deputado estadual pelo Partido Republicano Democrático (1924-25; 1928-30); deputado constituinte (1934; 1946); deputado federal pelo Partido Social Democrático (1935-1937) e pela União Democrática Nacional (1950-1951); ministro da Educação e Saúde (1946-1950) e da Fazenda (1961); e presidente do Banco do Brasil (1954-1955).

sidade, a política, a literatura, a economia, etc¹⁸. Já na década de 1950, eventos como a campanha pela criação da Petrobrás (1953) e a comoção causada pelo suicídio de Vargas (1954) interferiram na definição de um nacionalismo como signo da manifestação popular, articulando mobilização das massas com resistência ao imperialismo (PÉCAUT, 1990).

Ainda sob o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, Pedro Calmon atuou como ministro de Educação e Saúde (até 1951); concorreu, em 1954, ao governo da Bahia pelo Partido Social Democrático (PSD), sem sucesso, apesar de ter contado com o apoio de outros partidos políticos como PR, PL, PDC e PSP, liderados por Clemente Mariani; e, em 1955, com a tese sobre a documentação inédita das minas de prata, alcançou a cátedra de História do Brasil do Colégio Pedro II. Em caráter interino foi ainda ministro da Educação e Cultura (no governo Juscelino Kubitschek).

Os principais trabalhos do período foram *Os segredos das minas de prata* e *História das idéias políticas* (1952), e o sétimo volume de *História do Brasil* (1959, reeditado posteriormente).

2.2. Radicalização política e disputas em torno da cultura e da universidade (1960-1980)

Gusso, Córdova e Luno (1985, p. 125) destacaram como obstáculo “às mudanças mais profundas nas estruturas do ensino

superior” a persistência, nas posições universitárias e governamentais de mando, de pessoas e grupos responsáveis pelas políticas educacionais do Estado Novo. O que teria reflexo na difícil “tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobretudo na segunda metade dos anos 1950, com a discussão em torno da questão escola pública *versus* escola privada” (FÁVERO, 2006, p. 29). Assim como repercutiu na dificuldade de “encaminhar até meados da década de 1960 nenhum projeto mais abrangente de reforma universitária”, mesmo com intensas “críticas e pressões providas de diferentes setores sociais” (MENDONÇA, 2000, p. 143).

Nos anos 1960, ocorreu um significativo crescimento do número de universidades e de universitários, em consonância com a afirmação das camadas médias e a ampliação do ensino médio público, entre outros aspectos (MARTINS, 2009). E “algumas universidades, entre elas a Universidade do Brasil, elaboram planos de reformulação estrutural” (FÁVERO, 2006, p. 30). No entanto, em 1961, foi criada a Universidade de Brasília, considerado um acontecimento marcante nesse processo de redefinição do ensino superior brasileiro, entre outros motivos, por sua finalidade primeira de “formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social” (CUNHA, 1983, p. 171, apud MENDONÇA, 2000, p. 144)¹⁹.

18. Em 1948 foi criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), como uma articulação política da “comunidade científica brasileira”, com traços nacionalistas e que empunhava a bandeira da reforma global da universidade. E foi esse grupo que se articulou junto a Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira em torno do projeto da Universidade de Brasília. Em 1951, foram constituídos o CNPq e a CAPES, liderada por Anísio Teixeira.

19. Sobre a organização pedagógico-administrativa, estrutura, política de contratação de professores, tipos de matrículas e vagas, a autonomia buscada com a instituição de uma Fundação mantenedora e a administração por órgãos colegiados nos seus diversos níveis, entre outros aspectos, ver Mendonça (2000).

Nesse período, Pedro Calmon estreava na seção “Segredos e revelações da história do Brasil” da revista *O Cruzeiro* (substituindo o então falecido Gustavo Barroso)²⁰ e voltou sua atuação particularmente para a administração universitária, num momento que coincidia com o recrudescimento do regime militar. Como presidente do Conselho Universitário, chegou a extinguir a diretoria do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO) da Faculdade Nacional de Direito.

Em 1966, ele foi substituído na reitoria por Raimundo Muniz de Aragão e, em 1967, assumiu a vice-presidência do Conselho Federal de Cultura, compondo assim o seletivo grupo de intelectuais intitulado por Gilberto Freyre como “os cardeais da cultura nacional”. O órgão teria a atribuição de elaborar diagnósticos e políticas para o setor de cultura dos governos militares, com vistas à valorização da “cultura nacional” e do “civismo” (MAIA, 2012)²¹. Calmon permaneceu nesse posto somente até 1968, quando saiu para encarregar-se da presidência do IHGB, sendo o responsável pela criação da sede nova desse instituto²².

A reforma universitária esteve no centro dos engajamentos – principalmente a partir das intervenções do movimento estudantil, notadamente liderada pela União

Nacional dos Estudantes –, e associada às manifestações pelas *reformas de base* (sociais e políticas) que vislumbravam retomar o “desenvolvimento nacional”. Nessa direção, a UNE promovia seminários com vistas a discutir: a autonomia universitária; a participação dos corpos docente e discente na administração universitária, através de critério de proporcionalidade representativa; a adoção do regime de trabalho em tempo integral para docentes; a ampliação da oferta de vagas nas escolas públicas; e a flexibilidade na organização de currículos (MARTINS, 2009; FÁVERO, 2006).

Contudo, de abril de 1964 a 1967, as discussões no movimento estudantil passaram a centrar-se, sobretudo, em dois pontos: a) revogação dos Acordos MEC/USAID, b) e a revogação da Lei Suplicy (Lei nº 4.464, de 9.11.1964), pela qual a UNE foi substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes.

Foi neste cenário que Cristovam Buarque realizou a sua formação superior. Apesar da origem modesta, cursou a Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco, entre 1962 e 1966. Segundo consta, “foi a primeira pessoa de sua família a ingressar em uma universidade” (<http://www.cristovam.org.br/vida>, acesso em 20 jan. 2013). Em vista disso, é possível localizá-lo num núcleo familiar cujas estratégias

20. Segundo consta, “a revista semanal *O Cruzeiro* começou a ser publicada em 10 de novembro de 1928 pelos Diários Associados de Assis Chateaubriand no Rio de Janeiro. Sua importância na introdução de novos meios gráficos e visuais na imprensa brasileira, tais como o fotojornalismo e a inauguração das duplas repórter-fotógrafo, faz com que seja considerada uma das principais revistas ilustradas brasileiras do século XX” Disponível em <<http://www.ieb.usp.br/guia-ieb/detalhe/167>>. Acesso em 16 mar. 2013).

21. O grupo contava também com Gilberto Freyre, Pedro Calmon, Josué Montello, Gustavo Corção, Djacir Lima Menezes, João Guimarães Rosa, Rachel de Queiroz, Ariano Suassuna, Roberto Burle Marx, Hélio Viana. Tais agentes eram ligados por laços pessoais e atribuições políticas desde a década de 1920.

22. O pertencimento simultâneo de alguns agentes durante os anos 1970 e 1980, entre eles Calmon, ao CFC, ao IHGB e a ABL é destacado por Quintella (1984). Segundo ela, os vínculos e as afinidades encetados nesse núcleo restrito revelam formas de altocultuação de uma “elite cultural” no Brasil.

educativas viabilizaram sua “ascensão social pela via escolar” (ROCHA, 2006, p. 94).

Contrastando com Calmon, Buarque teve um percurso mais estendido antes de conquistar alguma notabilidade como “intelectual” e “político”, haja vista a complexificação e a matização dos atributos certificadores do reconhecimento dessas posições, decorrente, por um lado, da diversificação dos perfis, das causas e dos domínios de concorrência e, por outro lado, da exigência de maior focalização e especialização nos investimentos.

Com efeito, ele atuou em movimentos de ação coletiva e teve circulação internacional antes dos encaminhamentos mais sistemáticos para sua carreira intelectual e política.

Durante o curso de Engenharia, estreou sua intervenção na Ação Popular (AP), organização política de “jovens católicos” – muitos deles participantes da Juventude Universitária Católica (JUC) – que fora constituída a partir dos investimentos de dirigentes da Ação Católica (AC) no sentido de recrutar novos adeptos. Com atuação nos meios universitários (assim como nos secundaristas, operários, etc.), a partir da AC eram articuladas modalidades híbridas de mobilização militante²³.

Logo no início da faculdade, Cristovam Buarque integrou a diretoria e depois foi presidente do diretório de estudantes da Escola de Engenharia, o que lhe possibilitou participar do seminário para líderes universitários latino-americanos na Harvard University (Summer School), nos EUA, em 1964. Neste período, e juntamente com o arcebispo Dom Hélder Câmara, teria desen-

volvido ações comunitárias voltadas à educação na periferia de Recife.

Por suas inserções, ele estava imerso nas questões consideradas legítimas e que orientavam a ação política e cultural dos intelectuais e militantes “de esquerda”. Como forma de identificação e de sociabilidade, mobilizavam diferentes versões de marxismo que operava para alguns como uma “cultura política”, ou tomavam a “dependência” como “mito unificador” ou princípio de uma *doxa*, assim como fora o desenvolvimentismo (PÉCAUT, 1990, p. 255).

Em 1966, formou-se engenheiro mecânico e realizou o curso de preparação e análise de projetos na Organização dos Estados Americanos (OEA), credenciando-se para trabalhar como instrutor em cursos para técnicos de nível superior na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e como diretor encarregado de projetos industriais da CONSPLAN – Consultoria e Planejamento.

Direcionadas às universidades, o governo havia adotado, nesse contexto, três medidas oficiais que foram modelares. A primeira foi referente ao acordo MEC/USAID que oficializou a cooperação técnica, financeira e militar dos EUA ao Brasil. A segunda foi concernente à consultoria dada, em 1965, pelo norte-americano Rudolph Atcon, membro da Agency International Development, ao MEC. O relatório de Atcon subsidiou a elaboração do documento “Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira”, centrado na concepção de “defesa dos princípios de autonomia e autoridade, dimensão técnica e

23. Há uma gama infinita de casos de conversões ideológicas de “jovens católicos” da “direita” para a “esquerda”. Particularmente para algumas recorrências no Rio Grande do Sul durante os anos 1960 e 1970, acompanhadas de uma breve revisão das influências de diversos intelectuais católicos franceses nesse processo, em consonância com as condições conjunturais e as versões de marxismo em voga na América Latina, ver Reis (2015).

administrativa do processo de reestruturação do ensino superior, ênfase nos princípios de reformulação do regime de trabalho docente, criação do centro de estudos básicos... [e] de um conselho de reitores”, o CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), do qual Atcon foi o secretário geral de 1966 a 1968 (FÁVERO, 2006, p.15). E a terceira medida foi relacionada à formação de uma comissão especial presidida pelo General Meira Mattos e encarregada de reprimir/dirimir as mobilizações a partir do âmbito universitário (Idem; MARTINS, 2009). Tais mobilizações – especialmente cercadas com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 1968, e com o Decreto-lei nº 477, de 1969, que impunha infrações disciplinares aos “subversivos” do meio escolar – contavam, além de alunos, com o engajamento de professores e pesquisadores, muitos deles contestando o regime militar instaurado em 1964 e reivindicando a expansão do ensino superior, tendo em vista a multiplicidade de alunos (162 mil, em 1969) aprovados nos vestibulares, mas que não conseguiram vagas nas universidades (MARTINS, 2009; FÁVERO, 2006).

No final dos anos 1960, com a aprovação do relatório do Grupo de Trabalho que havia sido constituído para estudar a reforma da universidade brasileira, foi promulgada a lei 5.540 que estabeleceu a universidade como “forma ideal de organização do ensino superior, na sua tríplice função de ensino, pesquisa e extensão, enfatizando-se a indissolubilidade entre essas funções, particularmente entre ensino e pesquisa, sendo esta última o próprio distintivo da universidade” (MENDONÇA, 2000, p. 148). No que pese o fomento à criação dos cursos de pós-graduação (entre outros mecanismos que teriam contribuído para a consolidação da universidade brasileira), as condições históricas e políticas de restrição às expressões

civis, por um lado, e o comprometimento dos intelectuais com as demandas externas (do Estado ou das organizações militantes), por outro, pesaram sobre a baixa robustez das fronteiras que assegurariam tanto a autonomia institucional das universidades, como a autonomia na produção de conhecimento dos seus profissionais (mormente no âmbito das ciências humanas e sociais).

De qualquer modo, nos anos 1970, o ensino superior brasileiro passou por transformações contundentes, com um pesado processo de massificação das instituições de ensino superior por conta da proliferação de instituições privadas (MARTINS, 2009; MENDONÇA, 2000; GUSSO, CÓRDOVA e LUNA, 1985).

Cristovam Buarque foi para Paris no início da década de 1970, no que teria sido um “exílio voluntário”, onde realizou o doutorado em economia do desenvolvimento (1973) na École Pratique des Hautes Études. Teve como orientador de tese o economista Ignacy Sachs, considerado por ele como um dos seus “mentores intelectuais” (BURSZTYN, 1998, p. 27, apud ROCHA, 2006, p.96).

A presença de economistas entre políticos-escritores, sua vinculação com a esfera administrativa de governos e a associação com saberes e gêneros legitimados como técnicos já foram analisados em outro momento (REIS; GRILL, 2015). No entanto, cabem algumas breves considerações sobre os trabalhos de Maria Rita Loureiro para situar a ascensão de agentes que investiram nessa formação. Segundo Loureiro (1992), a afirmação simultânea na seara acadêmica e governamental da ciência econômica no país decorreu dos empreendimentos bem sucedidos, efetuados nos anos 1940 e 1950, por grupos e instituições diversificados que envidaram esforços para consagrar a “nova competência política”, simbolizada, com efeito, por uma “qualificação técnico-profissional” e associada a

modelos matemáticos sofisticados, quantificação, predição, etc. Seu enraizamento foi tal que mesmo no período da chamada redemocratização, manteve-se o acionamento da linguagem econômica como o meio de expressão e legitimação privilegiado no espaço político. O que foi examinado mais amplamente por Dezalay e Garth (2000) como processo de substituição dos políticos-bacharéis pelos técnicos-políticos, consequentemente do direito pela economia como linguagem dolarizada do poder.

De certo modo, Cristovam Buarque é um caso ilustrativo desses percursos de protagonistas da luta contra a ditadura que vieram a ocupar cargos administrativos e eletivos, bem como a elaborar novos “projetos de sociedade”. Repertório esse que está presente para outros agentes com perfis ideologicamente discrepantes e que, entretanto, encontram-se no consenso acerca da linguagem do poder²⁴, ou, em outros termos, revelam um acordo sobre a gramática mobilizada para expressar o desacordo (BOURDIEU, 1996).

Em 1973, Cristovam Buarque, após o término do doutorado, começou a trabalhar como diretor e professor de cursos de preparação e análise de projetos no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Tegucigalpa, La Paz e Caracas. Entre 1973 e 1979 proferiu conferências em universidades da República Dominicana e de Honduras; foi professor da cadeira de ava-

liação social de projetos no Banco Mundial (BIRD) em Santa Fé; atuou na Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) em Buenos Aires; e foi Professor Adjunto da American University em Washington, em cursos promovidos pelo BID, BIRD, ONUDI e OEA.

Deste período, destacam-se as seguintes publicações: *Le financement public des investissements privés et choix technologique* (1973); *Le rôle de l'université* (1973) e *Elementos para la preparación y la evaluación de proyectos* (1979).

Ele retornou ao Brasil em 1979, firmou residência em Brasília, tornando-se professor-colaborador do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UNB) e depois assumindo a titularidade de disciplinas de graduação (Formação econômica do Brasil, História do pensamento econômico, Economia brasileira e Introdução à economia) e de mestrado (Análise de projetos, desenvolvimento e economia brasileira). A militância política foi retomada mediante a participação na Associação dos Docentes da UNB, no Centro Brasil Democrático e nos movimentos contra o AI-5 e a favor da anistia ampla, geral e irrestrita.

Investiu concomitantemente no magistério superior e na política.

Pedro Calmon chegou a receber o título de Professor Emérito da Universidade Fede-

24. Entre os 40 casos analisados na seção anterior, destacam-se: Delfim Netto, graduado na década de 1950 pela USP; José Serra e Ieda Crusius, graduados na década de 1960 pela USP; Paulo Renato de Sousa, formado na década de 1960 pela UFRGS; e Aloísio Mercadante, formado na década de 1970 pela USP. Além da atuação no magistério superior, o acúmulo de títulos de pós-graduação (majoritariamente no exterior), a dedicação ao gênero de escrita setorialista e a passagem por ministérios nas últimas décadas são características comuns desses agentes. Para análises mais pontuais, ver Reis & Grill (2015) sobre Delfim Netto; Reis (2014) sobre Yeda Crusius; e Almeida e Bittencourt (2013) sobre Paulo Renato de Sousa.

ral do Rio de Janeiro; Doutor *honoris causa* das Universidades de Coimbra, Quito, Nova York, de San Marcos e da Universidade Nacional do México; e professor honorário da Universidade da Bahia (<http://www.academia.org.br/>). Acesso em 13 nov. 2013).

Na década de 1970, Calmon publicou os textos sobre a *História do Brasil* (7v., 1959, 3ª ed. 1971), *Brasília, catedral do Brasil – história da Igreja no Brasil* (1970), *História do Ministério da Justiça (1822-1922)* (1972), *Castro Alves, o homem e a obra* (1973), *Castro Alves* (1974), *História de d. Pedro II* (5v., 1975).

Antes de falecer (em 1985), Calmon obteve o Prêmio Moinho Santista como forma de exaltação da sua obra. Era membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e dos Institutos Históricos de vários Estados brasileiros; membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História; sócio honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Real Academia Espanhola e da Real Academia de História da Espanha, e sócio correspondente de sociedades culturais e históricas de vários países da América Latina. E também do Conselho Federal da Cultura, do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército e diretor do Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto, no Liceu Literário Português, desde 1947.

Já Cristovam Buarque, durante os anos de 1980, foi professor da cadeira de “Avaliação econômica de projetos” na Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Lisboa, e no Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico (CENDEC); fez parte do corpo docente do curso de formação de diplomatas no Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores; colaborou na assessoria do gabinete do ministro da

indústria e comércio, João Camilo Pena; e publicou vários textos com temáticas relacionadas às suas inscrições acadêmicas.

Na década de 1980, Cristovam Buarque publicou *Methodology for the evaluation of industrial multinational cooperation projects* (traduzido e publicado na *Universities quarterly*, Londres, vol. 27, número 3 Summer); *Avaliação de projetos e distribuição de rendas entre classes e entre gerações* (mimeo na Universidade de Brasília). *Seleção de tecnologia nos projetos industriais financiados pela Sudene-Npq* (1981); *A redescoberta da nação* (1981); *Introdução à economia* (1981); *Petróleo, dívidas e duas idéias atrevidas* (1981); *O fetichismo da energia* (1982); *Cooperação sul-sul* (1982); *Hacia una política tecnológica para los bancos de desarrollo de América Latina* (1982); *Tecnología apropiada: una política para la banca de desarrollo* (co-autoria, 1982); *Antes que naufraguemos* (1988); *A universidade transgressora* (1988); e a *Orquestra repartida* (1988).

Em 1985, ele foi nomeado chefe de gabinete do Ministério da Justiça, porém abandonou o cargo em agosto para assumir a reitoria da UnB. Consagrou-se como o primeiro reitor eleito pelo voto direto e conseguiu renovar seu mandato. Neste momento de redemocratização, conforme Neves (2002, p. 397), a agenda dos estudiosos debruçados sobre o rumo das universidades públicas estava voltada para temas de cunho político como “legitimação [das universidades] no contexto das relações democráticas”, “financiamento público”, “lutas e bandeiras de organizações sindicais”, “estrutura e gestão”, “autonomia”, entre outros. A chegada de Buarque à posição de reitor da UNB, situada na capital do país, seu perfil político-ideológico e suas inserções prévias, inscrevia-lhe de forma privilegiada

no ambiente de “abertura política”, permitindo a capitalização desse êxito como trunfo de afirmação política na universidade e na arena de cargos eletivos e administrativos.

No mesmo período, é importante lembrar, constituiu-se a Comissão Presidencial Provisória de Estudos Constitucionais – chamada de Comissão Afonso Arinos – incumbida de debater a nova constituição para o país. A Constituição de 1988 e as “conquistas sociais” a ela associadas, são elementos de cristalização do novo “momento político” e da renovação dos repertórios de atuação e dos protagonistas do espaço político.

Os conteúdos atribuídos aos papéis e às gramáticas intelectuais e políticas, assim como as formas de intervenção na “realidade”, alteraram-se durante as lutas de resistência ao regime militar e pela democratização. Como foi dito, entraram em cena lideranças oposicionistas orientadas por versões de marxismo, que inauguraram seu engajamento em movimentos estudantis, religiosos e organizações clandestinas. Nesta configuração, a universidade e os professores universitários ganharam proeminência; as ciências sociais se afirmaram como disciplina e como fonte para a aquisição de saberes visando engaja-

mentos múltiplos; as agências internacionais, sobretudo americanas, investiram no financiamento de instituições e de “competências” compatíveis com os ideais da “democracia”; novos partidos políticos foram formados; entre outros aspectos²⁵.

Sendo assim, processos deste tipo estão na gênese da redefinição de competências e códigos de realização política, o que significa a emergência e ascensão de novas categorias de profissionais no espaço político. A configuração internacional esboçada e as lógicas exógenas que progressivamente se impõem nos países do sul, interagem com as modificações endógenas da agenda de problemáticas, causas e etiquetas legítimas, próprias às realidades nacionais não centrais²⁶. Os jogos de poder fundem lógicas governamentais e não-governamentais, ou estatais e não-estatais, desenhando arenas coabitadas por profissionais que transitam em empresas de consultoria, organizações não-governamentais, movimentos sociais, centros universitários de pesquisa, associações categoriais, cargos políticos (eletivos ou administrativos) numa articulação simbiótica entre militância e expertise (GUILHOT, 2003; BUCLET, 2009, DEZALAY E GARTH, 2000)²⁷.

25. Na proliferação de causas, espaços e porta-vozes legítimos da gramática democrática, os debates em torno das políticas públicas passam cada vez mais a ocupar um lugar central, mobilizando agentes que exerceram papéis ou ativaram lógicas híbridas como militantes, intelectuais, experts e políticos profissionais, dependendo das trajetórias e carreiras profissionais e políticas seguidas (REIS, 2013).

26. Daniel Pécaut (1990, p. 310) ressaltou que nos anos 1980 arrefecem o papel político de destaque dos intelectuais no Brasil e a coesão enquanto grupo. Neste novo momento, os agentes optaram por participações setorializadas (em nome da competência e da ciência); por engajamentos partidários (decorrente de uma heterogeneidade dissimulada na década anterior pela oposição comum ao regime militar); pelo estabelecimento de alianças com a chamada tecnocracia; e pela vinculação aos movimentos sociais de bases ou às classes populares. Estratégias não necessariamente são excludentes entre si.

27. Visando apontar algumas pistas no sentido de apreender a estrutura interna do espaço dos *think tanks* nos EUA, Tom Medvetz (2008; 2009) pondera que os mesmos fatores que levam esses agentes a ocupar uma posição central no campo do poder são responsáveis por sua vulnerabilidade frente às diferentes áreas que são articuladas na constituição dessa figura híbrida. Neste caso, a discussão entre *heteronomia* em oposição à *autonomia* se complexifica, pois se está diante de múltiplas relações heterônomas (acadêmicas, políticas, econômicas...) que cortam esse universo, se cruzam e geram formas complexas.

Cristovam Buarque, em 1989, filiou-se ao PT. No ano seguinte foi coordenador da área de educação do governo paralelo do presidente nacional do partido (Luís Inácio Lula da Silva) e, em 1994, candidatou-se com sucesso ao governo do Distrito Federal (deixando o posto que ocupava como membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, presidido pelo sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho).

Fez parte, também, do Instituto de Educação da UNESCO. Neste período publicou ainda vários livros. Inclusive, como remate da gestão à frente da reitoria, lançou um descrevendo sua experiência como reitor, intitulado *Na fronteira do futuro* (1989, Editora da UNB, posteriormente traduzido para o espanhol como *La universidad en la Frontera del Futuro*, publicado por Editorial FLACSO, em 1991). Experiência esta que teria orientado sua atuação, principalmente na promoção de debates sobre os “problemas nacionais”. Depois deste livro, publicou ainda *O destino da universidade* (pela Associação de docentes da UFPR) e *O pequeno dicionário da crise universitária* (pela UFSC). Esses três textos foram reunidos e retrabalhados no livro *A aventura da universidade* (1994) que, de modo resumido, questionou a qualidade das instituições de ensino superior, detectou a existência de uma “crise” e propôs sua reforma com vistas à maior integração com a “sociedade” e a “modernidade”.

Cristovam Buarque publicou, pela editora Paz e Terra: *O colapso da modernidade brasileira* (1991); *A revolução na esquerda e a invenção do Brasil* (1992); *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro* (1992); *O que é apartação: o apartheid social brasileiro* (1993). Ainda na década de 1990, publicou: *A revolução nas prioridades* (1994); *Os deuses sub-*

terrâneos (1994); *Um tesouro na rua: uma aventura pela história econômica do Brasil* (1995); *Cortina de ouro: os sustos do final do século e um sonho para o próximo* (1995); *Medir a utopia além dos indicadores econômicos* (1995); *A atualidade da Ação Popular* (1995); e *Reage Brasil* (1995), entre outras.

Em 1995, ele ganhou o Prêmio Jabuti de Literatura na categoria Ciências Humanas e, em 1998, fundou a Organização Não-Governamental “Missão Criança”. Essa ONG – atualmente presidida por Gladys Pessoa de Vasconcelos Buarque, funcionária da Câmara dos Deputados (desde 1983) e esposa de Cristovam – apresenta-se com o objetivo de combater do trabalho infantil, a pobreza e a exclusão social, mediante o estímulo à educação com a concessão da “Bolsa-Escola Cidadã”. Implantado em outros países (como São Tomé e Príncipe, Moçambique, Tanzânia, Equador e Guatemala), o projeto teria sido laureado pelo presidente da Organização das Nações Unidas (ONU) “como o melhor programa para a erradicação da pobreza” (<http://www.responsabilidadesocial.com/articleview.php?id=203>, Acesso em 24 mar. 2013).

No mesmo ano de criação da ONG, tentou sem êxito a reeleição ao governo de Brasília, Distrito Federal. Em 2002 conseguiu ser eleito senador e, em 2003, foi nomeado ministro da educação pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda na legenda do PT. Contudo, por conflitos relativos à liberação de verbas para a sua pasta, Cristovam foi destituído do cargo em 2004 e retomou seu mandato de senador. As divergências com o governo e o PT resultaram na saída da agremiação em 2005 e na filiação ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido pelo qual concorreu sem sucesso à presidência da República, em 2006. Ele presidiu ainda as seguintes co-

missões do Senado: de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Mista de Controle das Atividades de Inteligência, de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Educação, Cultura e Esportes.

Vários aspectos interdependentes da trajetória de Cristovam Buarque constituem os condicionantes da afirmação do agente não somente na arena política eleitoral, como também na esfera cultural e em instâncias de engajamentos. Assinalam-se as inserções militantes vinculadas à Igreja; os estudos de economia e contatos (indissociavelmente políticos e intelectuais) estabelecidos na França; a ida aos Estados Unidos para trabalhar no Banco Interamericano de Desenvolvimento, permitindo a ampliação do circuito internacional; a conjuntura contestatória e de reconfiguração dos perfis e repertórios de mobilização/intervenção no Brasil. Tais inscrições se refletiram na sua produção escrita, marcada ora por registros técnicos ora generalistas nas tomadas de posição, mormente, sobre a economia, a política, a esquerda, a educação e a universidade.

Considerações finais

A partir de diferentes perfis de professores universitários, atuantes em distintos períodos, e de dois protagonistas das disputas que envolvem a universidade, o parlamento e governos no Brasil, igualmente separados por conjunturas específicas, foi possível perceber tanto as transformações nas gramáticas intervenientes na seleção de porta-vozes, como a persistência da interdependência entre os reconhecimentos advindos do meio universitário e político. A substituição de um padrão de elite “letrada e votada” que se aproxima do modelo dos “políticos-bacharéis” por agentes que se as-

semelham a “técnicos-políticos” (DEZALAY e GARTH, 1998) guarda continuidades no que tange à justaposição de lógicas, recursos e princípios de mundo manejados nos domínios cultural e político.

Nesse sentido, os quarenta casos examinados no primeiro momento, assim como as duas trajetórias exploradas na sequência, revelam em detalhe o lugar central ocupado pelas universidades no país. As IES servem ao longo do século XX, ao mesmo tempo, como veículo de condensação de múltiplas competências e apetências relacionadas ao trabalho de representação (no duplo sentido), como espaço de canalização de disposições políticas prévias via ocupação de cargos administrativos, e como lugar de conversibilidades variadas de reconhecimentos acadêmicos em posições políticas e vice-versa. Os casos de Pedro Calmon e Cristovam Buarque ilustram as permeabilidades possíveis entre as lógicas de espaços ainda precariamente institucionalizados e autonomizados. Porém retratam, igualmente, o padrão vigente no primeiro momento, em que o trânsito da universidade para a política e da política para universidade parece mais fluido e sem fronteiras bem guardadas, e o padrão prevalecente no segundo momento, em que há exigências mais consistentes de títulos e inserções diversificadas para possibilitar as conversibilidades.

Referências

- ABREU, A. et. al. (Orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-30*. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, 2011(versão online).
- AZEVEDO, F. de. *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. Recife:FJN, Ed. Massangana, 2010.
- ALMEIDA, A. M. F.; BITTENCOURT, A. B. Anísio Teixeira, Paulo Renato: circulação internacional e

- carreiras políticas. In: CANEDO, L.; TOMIKAZI, K; GARCIA JR., A. *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo: HUCITEC, 2013, p. 213-247.
- BEST, H; COTTA, M. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000*. Oxford University, 2000.
- BOURDIEU, P. Os modos de dominação. In: BOURDIEU, P. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.
- BOURDIEU, P. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.
- BOURDIEU, P. *La Noblesse D'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Editions de Minuit, 1989.
- BUCLET, B. Financiadores Internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns. *Revista Pós Ciências Sociais*, vol. 6, nº 12, p. 89-113, 2009.
- CARVALHO, J. M. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1996.
- CHARLE, C.; VERGER, J. *História das universidades*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- COELHO, E. C. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CORADINI, O. L. Os professores de ensino superior como posição social: segmentação interna e relações com centros internacionais. In: CANEDO, L.; TOMIKAZI, K; GARCIA JR., A. *Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização*. São Paulo: HUCITEC, 2013, p. 248-271.
- CORADINI, O. L. Carreiras, *Spoil System* e princípios de avaliação no CNPq. *Colóquio Circulação Internacional: formação e recomposição dos grupos dirigentes*. Campinas, UNICAMP, 2012a.
- CORADINI, O. L. Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, 2012b.
- CORADINI, O. 'Grandes Famílias' e 'Elite Profissional' na Medicina do Brasil. *Cadernos de Ciência Política*, nº 2, p. 3-51, 1995.
- DEZALAY, Y.; GARTH, B. A dolarização do conhecimento técnico-profissional do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado (1960-2000). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.15, nº 43, jun. 2000.
- DOGAN, M. Les Professions Propices à la Carrière Politique. Osmoses, Filières et Viviers. In: OFFERLÉ, M. *La Profession politique*. Paris: Belin, 1999, p. 171-200.
- DULONG, D. *Sociologie des institutions politiques*. Paris: La Découverte, 2012.
- FÁVERO, M. L. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*. Curitiba: Editora UFPR, nº 28, p. 17-36, 2006.
- GARCIA Jr. A. Reconversion des élites agraires: du pouvoir local au pouvoir national. *Études Rurales*. nº 131-132, p. 89-106, 1993.
- GAXIE, D. Les logiques du recrutement politique. *Revue Française de Science Politique*. v.30, nº 3. p. 5-45, fev. 1980.
- GRÈZES-RUEFF, F. *La Culture des Députés Français (1910-1958): Essai de typologie*. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1994.
- GRILL, I. G. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. *Revista de Sociologia e Política*, v. 23, nº 55, 2015.
- GRILL, I. G. Especialização política: bases sociais, profissionalização e configurações de apoios. In: SEIDL e GRILL (orgs). *As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2013, p.227-278.
- GRILL, I. G. 'Família', Direito e Política no Rio Grande do Sul: os usos do parentesco e dos títulos escolares no exercício do métier. *Tomos*, v. 10, p. 85-111, 2007.
- GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos. O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita. *Revista Pós Ciências Sociais*. v. 09, nº 17, p. 101-121, 2012.

- GUILHOT, N. (2001). Les professionnels de la démocratie. Logiques militantes et logiques savantes dans le nouvel internationalisme américain. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Paris, nº 139, p. 53-65.
- GUSSO, D. A.; CORDOVA, R. A.; LUNA, S. V. *A Pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro*. Brasília: UNESCO/CRESALC, MEC/SESU/ CAPES, 1985.
- LAGROYE, J. *Sociologie Politique*. Paris: Presses de Sciences Po et Dalloz, 1997.
- LOUREIRO, M. R. *Economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- LOUREIRO, M. R. *Economistas e elites dirigentes no Brasil*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. nº 20, p. 45-65, 1992.
- MARQUES, E. S. *Uma história social dos carnavais de Amargosa*. Feira de Santana, 171p., [Dissertação de Mestrado em História], UEFs, 2010.
- MAIA, T. A. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar*. São Paulo: Itáu Cultural/Iluminura, 2012.
- MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & Sociedade*. v. 30, nº 106, p 15-35, 2009.
- MEDVETZ, T. Hybrid intellectuls: toward a theory of think tnks and pulicy experts in the United Sattates. *Paper Social Sciences*. Department of science & Technology Studies Colloquium Series. Jan, 28, 2009.
- MEDVETZ, T. *Think tanks as an Emergent Field*. New York: *The Social Science Research Council*, p.1-10, Oct 2008.
- MENDONÇA, A. W. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. nº 14, p. 131-194, 2000.
- MICELI, S. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel/Difusão, 1979.
- NEVES, C. E. B. *Estudos sociológicos sobre educação no Brasil*. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 2002, p. 351-437.
- NUNES, E. *A gramática política do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- OFFERLÉ, M. *Professions et Profession Politique*. In : OFFERLÉ, M. (Org.). *La Profession politique*. Paris: Belin, 1999, p. 7-36.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- QUINTELLA, M.M.D. *Cultura e poder ou espelho, espelho meu :existe alguém mais culto do que eu?* In: MICELI, S. (Org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984, p. 113-135.
- REIS, E. T. *Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os militantes que lutaram contra a ditadura*. Porto Alegre/São Luís: ZOUK/EDUFMA, 2015.
- REIS, E. T. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. *Cadernos Pagu*. v. 43, p.233-263, 2014.
- REIS, E. T. dos. *Saberes em movimento: transações entre intelectuais , definições de ciências sociais e a política*. In: SEIDL, E.; GRILL, I.G. (Orgs.). *As Ciências Sociais e os espaços da política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013, p. 21-74.
- REIS, E. T.; GRILL, I. G. (Orgs.). *Estudos sobre elites políticas e culturais*. São Luís: EDUFMA, 2014a.
- REIS, E. T.; GRILL, I. G. O espaço das fundações partidárias no Brasil: institucionalização de partidos, carreiras políticas e perfis intelectuais. In: *Anais do IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Brasília/DF*, 2014b.
- REIS, E. T.; GRILL, I. G. *Trajetórias de multinotabilidades no Parlamento brasileiro: dinâmicas políticas, produção escrita e reputações pessoais*. *Dados*. nº 58, v.2, 2015.
- ROCHA, D. N. C. *Compétences acquises en France et la fabrication des élites politiques du Brésil*

contemporain. Cahiers des Amériques Latines. v. 48-49, p. 91-106, 2005.

RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social. São Paulo: Edusp, 2002.

UNZUÉ, M. A universidade na trajetória dos parlamentares brasileiros. Revista Brasileira de Ciência Política. nº 8, p. 13-46, 2012.

WILLEMEZ, L. La Republique des Avocats. In: OFFERLÉ, M. La Profession politique. Paris: Belin, 1999, p. 201-230.

Outras Fontes:

<<http://www.academia.org.br/abl>>. Acesso em 11 nov.2013.

<<http://www.cristovam.org.br/vida>>. Acesso em 20 de jan.2013.

<<http://www.fgv.br/cpdoc>>. Acesso em 20 out.2014.

<<http://www.academia.org.br>>. Acesso em 20 out.2014.

<<http://www.ieb.usp.br/guia-ieb/detalhe/167>>. Acesso em 16 mar. 2013.

<http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=203> Acesso em 24 mar. 2013.

RESUMO

Os processos de institucionalização do sistema universitário brasileiro e da formulação de problemáticas políticas legítimas progressivamente forjadas nesse espaço são tributários da intervenção de agentes que se notabilizam, indissociavelmente, como intelectuais e como políticos. Visando refletir sobre as intersecções entre domínios políticos e culturais, o ponto de partida para este artigo foi uma pesquisa mais ampla que delimitou 299 casos de deputados e senadores, atuantes entre 1945 e 2010, cujos perfis são marcados pela longevidade das suas carreiras políticas (eletivas e administrativas) e pela significativa dedicação à produção escrita. Entre eles, foram identificados 40 parlamentares singularizados também por sua atuação profissional como professores de ensino superior e, ainda, pela ocupação de cargos acadêmicos de gestão. A partir disso, cotejamos indicadores de origens sociais e de inserções culturais e políticas – sem perder de vista as diferentes e sucessivas circunstâncias históricas – delineando a composição de uma “elite universitária e política” que pertence a um segmento de uma “elite letrada e votada”. A retroalimentação entre prestígio acadêmico, vinculação com espaço político-partidário e ocupação de cargos administrativos de relevo fica particularmente evidente em casos de agentes que chegaram à posição de reitor em condições específicas de reconfiguração das universidades no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Elites. Universidade. Política. Intelectual. Cultura.

ABSTRACT

The processes of institutionalization of the Brazilian university system and the formulation of gradually forged legitimate political problems is due to the intervention of agents who are remarkable, inextricably, as intellectuals as well as politicians. Aiming to think about the intersections between political and cultural fields, the starting point for this article was a broader research that pinpointed 299 cases of Congress members and senators active between 1945 and 2010, whose profiles are marked by the longevity of their political careers (elective and administrative) and significant dedication to writing production. Among them, we have identified 40 Congress members who were also remarkable by their professional performance as university and the occupation of academic management positions. From this, we compare indicators of social backgrounds and cultural and political inserts – without losing sight of the different and successive historical circumstances – outlining the composition of a “university and political elite” belonging to a segment of a “literate and voted elite”.

The feedback between academic prestige, connection with party-political space and the occupation of relevant management positions is particularly evident in cases of agents who reached the position of rector under specific conditions of universities reconfiguration in Brazil.

KEYWORDS

Elites. University. Politics. Intellectual. Culture.

Recebido em: 30/11/2014

Aprovado em: 16/03/2015